

POPULAÇÃO BRASILEIRA A FAVOR DE MAIS TRIBUTOS PARA PRODUTOS QUE FAZEM MAL À SAÚDE

A maior parte da população brasileira é favorável à inclusão de temas relacionados aos produtos que causam danos à saúde na discussão sobre Reforma Tributária no Congresso Nacional. O aumento de impostos de produtos danosos à saúde é apoiado por 72% da população, e 75% apoiam a proibição de incentivos e isenções a esses produtos.

Os dados são de pesquisa nacional feita pelo Instituto Datafolha, por encomenda da ACT Promoção da Saúde. Foram feitas 2.081 entrevistas nas cinco regiões do país, entre 12 e 15 de maio.

É interessante destacar que o produto mais claramente identificado pela população como causador de doenças é o tabaco, e 62% dos entrevistados são a favor do aumento de impostos relacionados a ele, seguido pelas bebidas alcoólicas, com 58% de apoio, e pelos agrotóxicos, com 33%. Os alimentos ultraprocessados são citados por 20% dos entrevistados.

Entretanto, quando a população está bem informada, o apoio à tributação de alimentos não-saudáveis é maior. Após um texto explicativo sobre os resultados positivos no combate à obesidade e diabetes em países que aumentaram os impostos de bebidas adoçadas - categoria que inclui refrigerantes, chás prontos e sucos de caixinha -, 67% dos brasileiros se mostraram favoráveis ao aumento do imposto sobre esses produtos. A proporção do apoio representa um aumento de seis pontos percentuais em relação ao resultado da pesquisa realizada em 2019.

A respeito dos incentivos fiscais dados pelo governo às indústrias que fabricam refrigerantes na Zona Franca de Manaus, 74% dos brasileiros se mostraram contrários à prática para este setor, aumento de nove pontos percentuais quando se compara a 2019. E, quando cientes dos males gerados também ao meio ambiente pela fabricação de bebidas adoçadas, 87% dos entrevistados dizem que reduziriam o consumo (87%).

Para Marília Albiero, coordenadora do projeto alimentação da ACT Promoção da Saúde, “se perguntássemos simplesmente se a população apoiaria mais um tributo, o resultado esperado provavelmente seria não. Mas, quando damos este contexto que as bebidas adoçadas, além de causar danos à saúde e ao meio ambiente, ainda recebem subsídios do governo, o apoio para adoção deste imposto só vem acrescentando nos últimos anos”. De acordo com ela, a campanha #tributosaudável, da ACT, tem sido importante para ampliarmos o debate com a população.

OBESIDADE

As evidências apontam que as bebidas açucaradas contribuem para a obesidade, que por sua vez é um importante fator de risco para diversas doenças, como alterações no colesterol, hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio, síndrome metabólica, alguns tipos de câncer e diabetes tipo 2, entre outras.

A última Pesquisa Nacional de Saúde, de 2019, apontou que mais da metade dos brasileiros (60,3%) está com excesso de peso, ou seja, 96 milhões de adultos, e a obesidade atinge 41 milhões. São aproximadamente 168 mil mortes, por ano, atribuíveis ao excesso de peso e obesidade. O custo para os cofres públicos é alto.

De acordo com pesquisa recente, o Sistema Único de Saúde gasta R\$ 3 bilhões de reais por ano na atenção a pessoas com doenças provocadas pelo consumo de bebidas açucaradas. Deste total, quase R\$ 140 milhões na atenção à obesidade e sobrepeso, e R\$ 2,860 bilhões com as demais doenças associadas - como o diabetes tipo 2, doenças cardíacas, cerebrovasculares, doenças renais, asma, doenças osteomusculares e câncer.

INCENTIVOS FISCAIS X IMPOSTOS SAUDÁVEIS

Uma das medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a redução da obesidade é o aumento de tributos sobre bebidas açucaradas, a exemplo do que foi feito com os produtos de tabaco para reduzir a taxa de fumantes. Com os preços mais altos, a tendência é que os produtos se tornem menos acessíveis e o consumo caia, assim como os problemas causados por esse tipo de produto.

Atualmente, mais de 50 países, estados ou cidades adotam essa política pública, entre eles, Peru, Equador, Chile, México, Portugal, Inglaterra, França, e cidades dos Estados Unidos, como Filadélfia, São Francisco e Seattle.

No contexto da Reforma Tributária, a recomendação é adotar uma CIDE ou um imposto seletivo sobre bebidas adoçadas como mecanismo para promoção da saúde e redução do consumo.

Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostra que adotar um imposto entre 20% e 50% sobre bebidas adoçadas reduziria o consumo desses produtos entre 19% e 49%, aumentaria a arrecadação do governo entre R\$ 4,7 bilhões e R\$ 7 bilhões por ano, com impacto positivo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) entre R\$ 2,4 bilhões e R\$ 3,8 bilhões, e geração de 69 a 200 mil empregos, a depender da alíquota. Indo na contramão dos países que tributam mais pesadamente bebidas adoçadas, o Brasil ainda estimula toda a cadeia produtiva, por meio de incentivos fiscais que chegaram a gerar quase R\$ 4 bilhões anuais em renúncia fiscal em 2016, segundo a Receita Federal.

Para mais informações, acesse: <http://tributosaudavel.org.br>

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE

A ACT Promoção da Saúde é uma organização não governamental que atua, desde 2006, na promoção e defesa de políticas de saúde pública, especialmente nas áreas de controle do tabagismo, alimentação saudável, controle do álcool e atividade física, atuando também, em conjunto com outras organizações, em prol dos direitos humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.